

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO

TERCEIRO SETOR:
A SOCIEDADE SE ORGANIZA.

ALEXANDRE LUCAS CUKIER

SETEMBRO DE 1995

ÍNDICE ANALÍTICO

INTRODUÇÃO	3
TERMINOLOGIA	5
1. NOS ESTADOS UNIDOS	5
2. NO BRASIL	7
A CIDADANIA EMPRESARIAL NOS ESTADOS UNIDOS	9
O CASO THE EXXON EDUCATION FOUNDATION	11
O MODELO AT&T FOUNDATION	12
MAXIMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E LIBERDADE FINANCEIRA	13
O TERCEIRO SETOR NO BRASIL	14
PARTE I - ASPECTOS HISTÓRICOS	14
PARTE II - DADOS ESTATÍSTICOS	16
CONCLUSÃO	20
REFERÊNCIAS	21

INTRODUÇÃO

As pessoas costumam atribuir ao governo toda a responsabilidade no que diz respeito ao cumprimento de tarefas sociais como saúde e educação, entre outras. Assim, se de um lado temos instituições preocupadas com o interesse particular, as empresas privadas, de outro temos as empresas públicas e o governo, zelando pelo bem estar de todos.

Essa é, contudo, uma visão ultrapassada das organizações¹: há entidades que, mesmo não-lucrativas, são não-governamentais, e buscam o suprimento dessas necessidades básicas da população, até pela óbvia limitação dos governos em fazê-lo.

Assim, se o governo é um “controlador” e uma empresa privada é fornecedora de bens e serviços, organizações do Terceiro Setor possuem um produto diferente: o ser humano mudado².

Pode-se refletir alguns aspectos que envolvem a organização da sociedade civil em torno de instituições de caráter filantrópico (ou não-lucrativas, como se autodenominam): a proliferação dessas organizações possui uma conotação de mudanças na atuação e nos anseios de cada pessoa na sociedade.

Nos EUA a democracia está consolidada há décadas. Contudo, novas forças dentro da sociedade fizeram com que o setor público se transformasse de modo a suprir as novas demandas dos cidadãos, notadamente à partir da década de 1960. Dada a dificuldade que o aparato governamental tem em realizar mudanças rapidamente, muitas pessoas ficaram descontentes com a incapacidade do governo atender algumas de suas necessidades de modo eficiente. Assim, resolveram organizar-se e fundar instituições que pudessem atender à população de uma forma mais rápida, eficiente e direta que o setor público: surgiram então as primeiras Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Podemos caracterizar a atuação das ONGs como forma alternativa de atendimento a demandas sociais e de fortalecimento da cidadania. Uma organização do Terceiro Setor possui como produto final o ser humano mudado. Outra característica de uma ONG é que seus dirigentes (normalmente um conselho diretivo e um conselho fiscal) não são remunerados.

¹DRUCKER, PETER F. *ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS*. SÃO PAULO: EDITORA PIONEIRA, 1994, p. XIII.

²DRUCKER, PETER F. *OP. CIT.*, p. XIV.

O próprio governo americano, seja nas esferas federal ou estadual, fomenta a atuação das ONGs. Há leis especiais de incentivo a essas instituições, facilidades de se conseguir empréstimos, vantagens para pessoas jurídicas que nelas investem. Enfim, é uma tendência forte nos EUA em termos de campo de atuação para administradores de empresas, com muito espaço e crescente investimento. O Terceiro Setor é a área da economia americana que mais cresceu nos últimos vinte anos, como constatou Peter Drucker³.

Devido à falta de tradição democrática no Brasil, as pessoas foram condicionadas a acreditar que o governo era o grande (e talvez único) responsável pelo bem-estar da população. O paternalismo com que muitos governantes nos brindavam fazia com que cada um se sentisse incapaz de resolver seus problemas de forma alternativa ao governo.

Com o fim da ditadura, ainda de forma tímida, o brasileiro começou a organizar-se como meio de consecução efetiva de seus objetivos. Os sindicatos de categorias começaram a ganhar força; organizações com ideais ecológicos foram fundadas, tendo como modelo o Greenpeace, e forçando o governo a adotar medidas e elaborar leis de proteção à fauna e à flora brasileiras; entidades voltadas para o atendimento de crianças carentes como creches, oficinas de profissionalização de adolescentes, entre tantas outras, são em maior número a cada ano, especialmente àquelas fundadas e dirigidas por comunidades.

Terceiro Setor, Setor Independente, Organizações Não-Governamentais, seja qual for a denominação utilizada para agrupar esse conjunto de instituições com objetivos e atividades tão diversos e díspares, o fato é que a sociedade civil, no Brasil e no mundo, tem se organizado de forma a suprir suas carências sociais.

Apesar de serem muito recentes os estudos sobre o Terceiro Setor, especialmente no Brasil, essa pesquisa tem como objetivo aumentar o volume de informação disponível ao meio acadêmico desse fenômeno ocorrido nas últimas décadas, em especial.

Na primeira parte serão apresentadas informações sobre o Terceiro Setor enfocando, em particular, os Estados Unidos. Foram compiladas informações de diversas publicações técnicas e históricas sobre a área, de forma a obter-se não só um sequencial de fatos históricos, como algumas definições importantes, dados estatísticos e estudos de caso, todos disponíveis nas referências ao fim da pesquisa.

A segunda parte possui um breve histórico sobre o Terceiro Setor no Brasil, tendo uma perspectiva histórica sobre o desenvolvimentos das atividades voluntaristas no país, e ainda conta com alguns dados de pesquisa do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE, que tive acesso via Centro de Estudos do Terceiro Setor, da EAESP-FGV. Essa pesquisa procura traçar o perfil dos filiados do GIFE quanto a diversos aspectos.

³IDEM, P. XV.

TERMINOLOGIA

1. NOS ESTADOS UNIDOS

Segunda a norte-americana The Foundation Center, entidade que faz estudos sobre o setor nos Estados Unidos, além de intermediar contatos entre financiadores e entidades de serviço social, uma fundação privada seria uma organização não-governamental, não-lucrativa, tendo seus fundos administrados por seus próprios financiadores e/ou diretores não remunerados para tal serviço, mantidas com o intuito de prestar serviços essenciais à comunidade. É, pois, o próprio conceito de organização do Terceiro Setor que Peter Drucker expõe em "Novas Realidades" - os órgãos de "transformação humana"⁴.

Algumas fundações privadas são organizadas de forma a conduzir seus próprios programas de pesquisa e busca de fundos. A diferença entre as fundações comunitárias e as privadas é que sua receita provém de muitos doadores, usualmente classificados como "doadores públicos".

Seriam quatro os tipos principais, como é apresentado abaixo:

Fundações independentes:

Descrição - uma organização independente estabelecida com o intuito de realizar programas sociais, educacionais, religiosos ou outras atividades sociais.

Procura de Fundos - geralmente a busca é individual, através de campanhas, bingos, bazares, para pequenas famílias ou grupos de indivíduos. Contribuição limitada ao abatimento do imposto de renda devido.

Tomada de Decisão - feita pelo principal doador ou membros de sua família; por um corpo independente de dirigentes.

⁴⁴ DRUCKER, PETER F. *AS NOVAS REALIDADES*. SÃO PAULO: EDITORA PIONEIRA, 3^a EDIÇÃO, 1993, PG.166

Fundações financiadas por empresas:

Descrição - legalmente é independente da organização provedora de recursos, com estreitos laços de ligação.

Procura de Fundos - campanhas e contribuições anuais da empresa financiadora. As campanhas podem ser agregadoras de recursos ou substituintes, quando a patrocinadora é obrigada a cortar gastos.

Tomada de decisão - composição de diretores da entidade com membros da empresa patrocinadora, mas inclui membros não afiliados com a mesma. Podem também ser tomadas por dirigentes das filiais locais.

Fundações operadoras:

Descrição - utiliza seus recursos para conduzir pesquisa ou realizar serviços diretos.

Procura de fundos - como a de entidades independentes.

Tomada de decisão - decisões geralmente tomadas por grupo de diretores independentes.

Fundações comunitárias:

Descrição - organização financiada por cidadãos que realiza serviços sociais, educacionais, religiosos ou com outros propósitos sociais em uma específica comunidade ou região.

Busca de Fundos - contribuições de muitos doadores, com o limite do máximo de redutibilidade do imposto de renda.

Tomada de decisão - decisões tomadas por grupo de diretores representantes as diversas correntes de interesse da comunidade

2. NO BRASIL

Apesar de caracterizarmos a expressão *sem fins lucrativo* para definir entidades do Terceiro Setor, há uma infinidade de termos e expressões associados a organizações que desempenham atividades na nossa área de interesse:

- sociedades civis sem fins lucrativos;
- entidades sem fins lucrativos;
- associações;
- entidades filantrópicas, beneficentes ou de caridade;
- organizações não-governamentais, ou ONGs;
- fundações.

Nosso estudo, utilizamos indistintamente esses termos, uma vez que a maioria das organizações do Terceiro Setor brasileira são, por vez ou outra, citadas de diferentes formas. Contudo, cabe aqui procurar diferenciar, o mais possível, cada um desses termos.

Entidades sem fins lucrativos ou Sociedades Civis sem fins lucrativos

É um termo bastante genérico, mas evoca o objeto que expressa literalmente, isto é, organizações que fogem ao formato e objetivos empresariais.

Juridicamente, estão formalmente reconhecidas no Código Civil Brasileiro, Lei nº 3107 de 1º de janeiro de 1916, enquanto pessoas jurídicas de direito privado.

Dentro das Entidades sem fins lucrativos, temos distinções claras entre associações e fundações.

Associações

Por princípio, há interesses, fins e meios próprios, exclusivos dos sócios. São organizações voltadas para seus membros, abarcando um enorme número e variedade de formas e iniciativas. Associações podem ter seus fins modificados pelos associados, e seu patrimônio é constituído pelos consócios. Por fim, seus associados deliberam livremente.

Fundações

Uma fundação é uma pessoa jurídica com fins e interesses do fundador, imutáveis e perenes. Seu patrimônio é constituído pelo fundador, e dezenas delas foram instituídas pela União, Estados e Municípios. Assim, há alguns problemas em colocá-las na categoria de não-governamentais - melhor seria para-estatais.

Organizações Não-Governamentais

Não se trata de um termo jurídico, e sim de conotação política. ONG é, hoje, um termo da moda, e tem seu uso crescente no Brasil, especialmente nos últimos cinco anos. Procuram se distinguir das entidades filantrópicas pela total ausência de caráter caritativo - ao contrário. desejam promover a autonomia, igualdade e participação de grupos populares, daí tendo objetivos exteriores à organização, o que as difere semanticamente das associações.

Entidades Filantrópicas

Legalmente, não há distinção entre associações e entidades filantrópicas. Contudo, se as primeiras estão voltadas para seus associados, isto é um público interno, as entidades filantrópicas estão voltadas para o atendimento das demandas externas a si: é o campo da assistência social, historicamente o mais rico do Terceiro Setor no Brasil (como é apresentado mais adiante). Asilos, orfanatos, abrigos para indigentes, entre outros, são exemplos desse tipo de organização.

A CIDADANIA EMPRESARIAL NOS ESTADOS UNIDOS

Durante séculos, a filantropia tem sido uma preocupação destacada nos Estados Unidos. Desde o século XVII, líderes empresariais estão no topo da pirâmide dos doadores de recursos financeiros, seja em dinheiro, seja em espécie.

Contudo, a maioria desses recursos provinha de contribuições pessoais e não de empresas, além de não possuir propósito comercial. Isto pode ser explicado pelo fato de que, durante a história norte-americana, restrições legais e códigos ético-morais impediam as empresas de possuir ligações com causas sociais.

Até que, nos anos 50, a Suprema Corte decidiu remover muitas barreiras, revogando legislação restritiva à participação de empresas no fomento a atividades de cunho social. Estava dada a partida para um maciço investimento no setor de organizações não-lucrativas, o chamado Terceiro Setor.

Durante os anos 60, sob pressão de demonstrarem sua responsabilidade social, muitas empresas norte-americanas organizaram suas próprias fundações, destinando respeitável verba às mesmas. Empresas como a Levi Strauss, Dayton Hudson, entre outras, encontraram nesse caminho a possibilidade de “cumprir seu papel social”.

De acordo com um código de ética não declarado oficialmente, a sociedade caminharia muito bem enquanto suas três áreas - pública, privada e Terceiro Setor - realizassem atividades que competiam apenas a si mesmas, sem influência ou parceria com as outras.

Nesse “modelo de filantropia da era industrial”⁵, cada área supra-citada tinha seu próprio rótulo: o Terceiro Setor denominava-se “independente”, apesar do paradoxo de depender financeiramente de doações de governo e empresas; por sua vez, o governo estendia seus “tentáculos” sobre os outros dois setores, tentando estabelecer contatos e parcerias comuns nas sociais-democracias européias; já as empresas norte-americanas fazia suas doações em dinheiro, uma vez que doações de produtos, orientação administrativa e oferecimento de trabalho voluntário de seus funcionários eram considerados “meios de intervenção” nas organizações não-lucrativas.

⁵ SMITH, CRAIG. *THE NEW CORPORATE PHILANTROPY*. BOSTON: HARVARD BUSINESS REVIEW, MAIO-JUNHO, 1994, p. 107.

Sempre que tinham que escolher entre alternativas para oferecer doações, os empresários norte-americanos decidiam-se pelas "causas" associadas com seu tipo de negócio: banqueiros eram doadores potenciais para o campo das artes; industriais faziam doações para crianças doentes. Mas, no final, poucas companhias concentravam suas doações em uma só área. A maioria delas doava dinheiro para entidades provedoras de recursos, como a United Way, de onde o dinheiro era repassado para as mais diversas iniciativas no campo social. E, assim, os líderes empresariais viam-se livres da responsabilidade de resolver, eles mesmos, os problemas enfrentados pelo conjunto da sociedade: ficavam felizes, sentados em suas confortáveis cadeiras (localizadas em seus confortáveis escritórios), crenças de que a atuação social de sua empresa se resumia a fazer doações esporádicas de dinheiro.

Tudo corria dessa forma, até que a fragilidade do sistema foi deflagrada pela crise vivida na Exxon, como será detalhado adiante. Por não investir em setores identificados com a atividade da empresa, a Exxon enfrentou graves problemas de imagem quando do acidente ecológico de derramamento de óleo na costa do Alasca, em 1989.

Surgiu, então uma nova perspectiva para o setor não-lucrativo: agora era necessário profissionalizar os dirigentes das fundações ligadas às empresas, de forma a otimizar os recursos existentes e racionalizar a atuação da entidade; dever-se-ia pesquisar cuidadosamente os clientes da empresa, bem como seus funcionários, de modo a que se identificasse qual a área de atuação social requerida pela "família" da corporação; integrar a atuação filantrópica com a comercial, pois só com uma atuação conjunta a companhia evitaria problemas de desarticulação e prejuízo a ambas as partes; descentralizar os programas filantrópicos, para atender a um número crescente de pessoas e, conseqüentemente, de comunidades diferentes; integrar funcionários e pessoas atendidas, de forma que o corpo de voluntários pudesse ser fortemente composto por profissionais da companhia, aumentando seu comprometimento com a empresa.

Essa nova perspectiva foi responsável pelo grande impulso de investimento no Terceiro Setor norte-americano: houve um crescimento de 200 milhões de dólares, em 1984, para 2 bilhões de dólares, em 1994⁶. O novo paradigma da filantropia também mudou as estratégias de recursos humanos dentro das empresas: em um estudo da empresa Chivas Regal, 53% dos empregados disseram que sua lealdade com os patrões era maior quando ambos os últimos estavam envolvidos nos programas de filantropia da companhia.

Apesar de tão eficiente nos Estados Unidos, a cidadania empresarial está destinada a ter seu grande impacto em nações como Brasil, Coréia do Sul, Malásia, México, Argentina, Hungria, entre outras: a mídia nesses países dá muito destaque a esse tipo de iniciativa empresarial. Os norte-americanos estão tão acostumados com esse tipo de programa filantrópico, que por vezes é difícil distinguir a companhia de suas iniciativas. Nos países de economias emergentes, como os supra-citados, mesmo iniciativas mais modestas podem resultar em grandes movimentos sociais.

⁶ SMITH, CRAIG. OP. CIT., P. 111.

O CASO THE EXXON EDUCATION FOUNDATION

Admirada dentro e fora da Exxon, a The Exxon Education Foundation, era um modelo de política de incentivo a causas sociais nos Estados Unidos. Contudo, os programas desenvolvidos pela fundação não possuíam relação direta com as principais atividades do grupo Exxon. A The Exxon Foundation tinha diretores alheios à realidade da empresa, o que fazia com que os programas não considerassem os interesses da companhia, como a necessidade de formar alianças estratégicas com grupos ambientalistas e melhorar a imagem da companhia perante os seu consumidores.

Até que ocorreu o acidente de derramamento de óleo pelo navio Exxon Valdez, no Alasca em 1989, a maior tragédia ecológica desse gênero. Sem laços com líderes ambientalistas, os executivos da Exxon foram obrigados a fazer custosas campanhas de esclarecimento e propaganda para salvaguardar a imagem da empresa.

O MODELO AT&T FOUNDATION

Com a fragilidade da Exxon exposta, os estudiosos em filantropia começaram a olhar para um novo modelo de participação empresarial no Terceiro Setor, inaugurado pela AT&T.

A AT&T Foundation foi fundada segundo o novo paradigma de que a filantropia deveria reformar tanto a sociedade quanto a própria companhia. Assim, a fundação não seria dominada pelos altos executivos (os *CEO's* - *chief executive officers*), ou pelos projetos que ele achasse relevante, sem que houvesse plena identificação da causa social com a empresa. As iniciativas filantrópicas deveriam auxiliar os interesses da companhia através de marketing, alianças com governo, com pesquisadores e cientistas, e com movimentos representativos da sociedade civil. A meta era estabelecer relações dinâmicas entre filantropia e negócios - a chamada estratégia "rua de duas mãos".

O primeiro teste desta idéia na AT&T surgiu do departamento de marketing, que costumava doar equipamentos para universidades de forma a mantê-las dispostas a investir neste tipo de equipamento. Reynold Levy, executivo-chefe da AT&T Foundation, refutou esta estratégia pois acreditava que não era uma forma eficiente de melhorar nem as vendas da AT&T, nem de criar laços eficientes de relacionamento entre a empresa e seus clientes potenciais.

Levy sugeriu, então, que a AT&T poderia tornar-se patrocinador de atividades artísticas. Senão vejamos: o sucesso da empresa no ultra-competitivo mercado das telecomunicações norte-americano dependia de uma imagem de inovador e de superador de expectativas de seus clientes com maior poder aquisitivo, quem mais utilizava seus serviços de ligações internacionais e de longa distância. A idéia de colocar o logotipo da AT&T Foundation associado a eventos artístico de bom gosto, apreciado por pessoas de classes altas, foi um sucesso. AT&T tornou-se até sinônimo de lançamento de novidades no campo das artes, pois não só apoiava pessoas e eventos consagrados, como potenciais expoentes pouco conhecidos.

Muitas outras iniciativas, como campanhas de arrecadação de fundos para mães que não podem sustentar seus filhos, foram feitas nesta primeira década de existência. Hoje, a AT&T Foudation está planejando como estender sus atividades filantrópicas para países que são estratégicos para o futuro da companhia, como México e China. A fundação está também utilizando técnicas de qualidade total para determinar, mais precisamente, onde atuar, em função de seus voluntários e das organizações do Terceiro Setor que recebem fundos.

MAXIMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E LIBERDADE FINANCEIRA

Todos os segmentos do “Mundo Não-Lucrativo” podem obter benefícios com a administração de qualidade. Administradores de Entidades do Terceiro Setor ficarão surpresos ao ver que, ao aplicarem conceitos como qualidade total, não só os serviços que prestam serão de melhor qualidade - a capacidade de atendimento das instituições serão bastante superiores.

O voluntarismo está em alta no mundo todo, em especial na sociedade norte-americana. Como todos sabem, o voluntarismo é o sangue-vital de organizações não-lucrativas. Mas os voluntários desejam saber duas coisas, fundamentalmente: como realizar um serviço que dê máxima satisfação à sociedade, e como encontrar a organização não-lucrativa em que seu tempo e seus talentos sejam mais efetivamente utilizados.

De outro lado, temos os contribuintes dessas entidades. Contribuintes, pequenos ou empresas, constantemente são bombardeados com pedidos de doações, contribuições em dinheiro para desenvolvimento de atividades dessas organizações não-lucrativas. Os serviços apresentados como dignos de investimento sempre têm, aparentemente, grande demanda. O desconhecimento, em maior ou menor grau, das atividades das entidades pode levá-lo a tomar a decisão errada na hora de contribuir. Daí a necessidade de ter um programa transparente, bem divulgado e com bons resultados. Afinal, uma pessoa bem atendida é um ótimo multiplicador de boa imagem.

Tradicionalmente, o principal indicador de performance em uma organização não-lucrativa tem sido sua efetividade no atendimento a clientes. Há muitos diferentes meios de se verificar o sucesso no atendimento a um cliente, dependendo dos requisitos e das demandas do serviços contidos na missão da entidade. Costumeiramente, o tempo, a energia e o dinheiro despendidos no atendimento ao cliente têm sido considerados investimento lucrativos, desde que os anseios do cliente sejam nos últimos anos, o paradigma da eficácia (satisfação dos clientes, sem medir esforços), deu lugar ao paradigma da eficiência (atender da melhor forma o maior número de pessoas possível), devido ao aumento das necessidades sociais e à diminuição dos recursos disponíveis, em termos per-capta.

O TERCEIRO SETOR NO BRASIL

PARTE I - ASPECTOS HISTÓRICOS

As organizações que agrupamos no Terceiro Setor, como já foi dito anteriormente, são de natureza o mais diversa possível. Essa diversidade implica em um conjunto volumoso e difuso de informações a respeito do tema. Pelas características da sociedade brasileira ao longo de toda a sua história - centralismo estatal, corporativismo, debilidade na capacidade de mobilização - os debates centrados no voluntarismo, no associativismo e na filantropia sempre foram restritos.

Assim, uma análise histórica do Terceiro Setor no Brasil não pode ser esquematizada seguindo uma linha precisa. As problemáticas do relacionamento público-privado sempre tiveram privilégio, em detrimento do individualismo. Portanto, esse histórico do Terceiro Setor só faz sentido se inserido no contexto histórico nacional, sendo que cada período da história brasileira possui algum registro da atuação voluntarista característica de nossa área de interesse, direta ou indiretamente relacionada com organizações flagrantemente pertencentes ao Terceiro Setor.

O voluntarismo no Brasil pode ser datado do primeiro século da colonização. Mesmos possuindo características amplamente dominadoras e apoiadas no Estado, as organizações religiosas tiveram importante papel na catequização indígena e na fundação das primeiras instituições de ensino do país.

As instituições religiosas - confrarias, paróquias, etc. - eram importantes centros da vida social colonial, tanto no caso dos proprietários de terras quanto dos "homens livres", marginalizados social e economicamente. Isto porque os rituais religiosos (batismo, matrimônio, funerais) eram condição do reconhecimento social do indivíduo.

Assim, onde quer que encontremos, nos primeiros séculos da colonização, organizações encarregadas da assistência social, de ensino, de saúde, encontraremos a Igreja na sua promoção.

Uma dessas confrarias, Irmandades de Misericórdia, difundiram o maior exemplo de entidade sem fins lucrativos na área da saúde - as Santas Casas de Misericórdia, antecipando-se até à ação governamental. Nessas instituições, havia uma enorme lista de colaboradores "beneméritos", que ofereciam doações e heranças que, somadas às esmolas, constituíam os principais fundos com que essas entidades contavam para suas obras. Era o caso de "filantropia senhorial", versão tupiniquim da prática de empresários norte-americanos patronos de fundações não-lucrativas, como foi visto anteriormente.

Se, na sociedade colonial, a fragmentação regional e o escravismo não propiciavam o desenvolvimento de formas de associação civil, uma vez que a repressão metropolitana era intensa, o período imperial não foi muito diferente - apenas o repressor deixou de ser o Estado português e passou a ser o Estado brasileiro.

Contudo, a separação entre o Estado e a Igreja deu novo rumo à filantropia no país, após a proclamação da República. Começam, então, a surgir organizações civis seculares, como os grupos abolicionistas, sindicais, maçônicos, entre outros.

Com a urbanização e a incipiente industrialização nas últimas décadas do século passado, começam a assumir maior visibilidade essas organizações. Assim, a emergência e o agravamento da questão urbana, desde o fim do século XIX, fez com que a assistência social passasse a ser encarada como um problema de discussão pública no país.

No início do século XX, eram comuns as associações de classe, como a Associação Brasileira de Imprensa (1908) e a Associação Central Brasileira de Cirurgiões Dentistas (1911), ligadas aos setores médios da sociedade.

Com o advento da era Vargas, temos o forte controle do Estado sobre a sociedade. As organizações não-governamentais proliferam, seja na busca de regulamentação e luta sindical, seja na necessidade de se opor à política social do governo. Este, atua algumas vezes com posição de confronto, outras de proteção, o que era característico à época. O fato é que a obtenção de recursos para atividades assistenciais era relativamente fácil nesse período.

Data de 1935 a lei de Declaração de Utilidade Pública como instrumento de colaboração entre entidades particulares sem fins lucrativos e o Estado. Em 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência, a LBA. Na brecha do autoritarismo, diversas associações envolvidas no campo político tem papel de destaque.

Depois do golpe militar de 1964, o esquema getulista é desmontado pelo regime autoritário. As organizações e os movimentos sociais são violentamente reprimidos. Sindicatos e universidades sofrem repressão e intervenção federal, partidos políticos são dissolvidos, líderes presos, torturados e mortos.

Com a abertura democrática, e a volta do poder aos civis, a sociedade vê um grande crescimento na vontade de associação dos indivíduos, em geral. Atrelado ao crescimento do neo-liberalismo no mundo todo, organizações não-governamentais são criadas mensalmente na busca de suprimento da grave crise social em que o país mergulhou devido aos 20 anos de ditadura. Acompanhada de processos inflacionários crônicos, crise econômica, recessão, o Estado se vê incapaz de dar conta das necessidades da população. É nesse estágio que nos encontramos hoje, com um governo social-democrata incapaz de formular uma política social consistente, dado o desreparo da máquina estatal.

PARTE II - DADOS ESTATÍSTICOS

TABELA 1 - TIPOS DE ENTIDADE

<i>Tipo de Entidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
Fundação	29	60,42%
Instituto	7	14,58%
Empresa	11	22,92%
Associação	1	2,08%
Total	48	100,00%

FONTE: GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS.

TABELA 2 - PÚBLICO ALVO

<i>Público-Alvo</i>	<i>Quantidade (1)</i>	<i>%</i>
Jovens	23	29,87%
Crianças	22	28,57%
Adultos	11	14,29%
Idosos	7	9,09%
Comunidade	10	12,99%
Outros	4	5,19%
Total	77	100,00%

(1) A SOMA DE ENTIDADES ULTRAPASSA O UNIVERSO PESQUISADO - 48 - PELA OPÇÃO DE ALGUMAS POR MAIS DE UMA ALTERNATIVA

FONTE: GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS.

TABELA 3 - LOCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

<i>Unidade da Federação</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
São Paulo	23	47,92%
Rio de Janeiro	9	18,75%
Bahia	5	10,42%
Ceará	3	6,25%
Distrito Federal	2	4,17%
Rio Grande do Sul	2	4,17%
Outros	4	8,33%
Total	48	100,00%

FONTE: GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS.

TABELA 4 - PAÍS DE ORIGEM DA ENTIDADE

<i>País de Origem</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
Brasil	37	77,08%
Estados Unidos	8	16,67%
Alemanha	1	2,08%
Liechtenstein	1	2,08%
Espanha	1	2,08%
Total	48	100,00%

FONTE: GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS.

TABELA 5 - INÍCIO DAS ATIVIDADES DA ENTIDADE, POR DÉCADA

<i>Década</i>	<i>Quantidade (2)</i>	<i>%</i>
1930	2	4,76%
1950	4	9,52%
1960	3	7,14%
1970	5	11,90%
1980	19	45,24%
1990	9	21,43%
Total	42	100,00%

(2) A SOMA DE ENTIDADES É MENOR QUE O UNIVERSO PESQUISADO - 48 - PORQUE NEM TODOS RESPONDERAM À QUESTÃO.

FONTE: GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS.

TABELA 6 - ÁREAS DE ATUAÇÃO

<i>Área de Atuação</i>	<i>Quantidade (3)</i>	<i>%</i>
Educação	28	21,71%
Cultura, Literatura e Artes	23	17,83%
Saúde	16	12,40%
Ecologia	13	10,08%
Ciência e Tecnologia	6	4,65%
Promoção Social	18	13,95%
Agricultura	6	4,65%
Desenvolvimento Comunitário	19	14,73%
Total	129	100,00%

(3) A SOMA DE ENTIDADES ULTRAPASSA O UNIVERSO PESQUISADO - 48 - PELA OPÇÃO DE ALGUMAS POR MAIS DE UMA ALTERNATIVA

FONTE: GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS.

TABELA 7 - ÂMBITO DE ATUAÇÃO QUANTO À AMPLITUDE GEOGRÁFICA

<i>Amplitude</i>	<i>Quantidade (4)</i>	<i>%</i>
Internacional	6	15,00%
Nacional	23	57,50%
Estadual	8	20,00%
Municipal	3	7,50%
Total	40	100,00%

(4) A SOMA DE ENTIDADES É MENOR QUE O UNIVERSO PESQUISADO - 48 - PORQUE NEM TODOS RESPONDERAM À QUESTÃO.

FONTE: GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS.

TABELA 8 - INVESTIMENTO ANUAL EM FILANTROPIA

<i>Faixa de Valor (em US\$)</i>	<i>Quantidade (5)</i>	<i>%</i>
26,000/50,000	1	3,23%
51,000/100,000	4	12,90%
101,000/250,000	3	9,68%
251,000/500,000	4	12,90%
501,000/1,000,000	6	19,35%
1,001,000/2,500,000	7	22,58%
2,501,000/5,000,000	4	12,90%
Acima de 5,000,000	2	6,45%
Total	31	100,00%

FONTE: GIFE - GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS.

Assim, algumas conclusões podem ser tiradas: segundo a tabela 2, podemos concluir que as crianças e os jovens são os principais "clientes" das entidades ligadas ao GIFE, o que é explicado pela grande demanda de serviços essenciais a essas faixas etárias no Brasil; pela tabela número 3, nota-se que o eixo Rio-São Paulo concentra as maiores demandas sociais, além de serem próximos das sedes das entidades ligadas a empresas; a tabela 4 indica a predominância brasileira; a tabela 5 confirma o crescimento da atividade filantrópica no Brasil, especialmente a partir da década de 80 (2/3 estabeleceram-se desde 1980); áreas como Educação, Cultura e Desenvolvimento Comunitário são as principais atendidas pelas entidades, como mostra a tabela 6; pela tabela 7, vemos um caráter de atuação por toda o território nacional, em sua maioria; e pela tabela 8, temos que a maioria dos investimentos anuais das entidades situa-se na faixa entre US\$ 1,001,000 e US\$ 2,500,000.

Cabe ressaltar que as conclusões estão baseadas apenas nos dados estatísticos, tendo em vista que não foi possível o acesso ao estudo completo.

CONCLUSÃO

A questão das entidades privadas sem fins lucrativos, que constituem o chamado Terceiro Setor, vem ocupando cada vez mais espaço no mundo todo. O Estado tem se mostrado cada vez mais incapaz de atender a demandas sociais básicas, como saúde, educação e qualidade de vida, e a sociedade civil tem se organizado na busca de, ela própria, suprir esse tipo de demanda, de forma mais eficiente e rápida de promoção do bem-estar social e da cidadania.

A nova conjuntura política e econômica do Brasil tem facilitado a aproximação entre essas organizações não-governamentais e as classes empresariais, abrindo espaço para uma filantropia empresarial, nos moldes que é praticada com sucesso nos Estados Unidos. Exemplo disso é o citado GIFE, que congrega mais de 40 organizações de várias partes do país.

Do outro lado, o governo tem se aproximado do Terceiro Setor, o vendo como importante parceiro em iniciativas na área social, e como forte fator político, por agregar setores cada vez mais amplos da sociedade em suas atividades.

O Terceiro Setor, caracterizado pelos ideários de construção de uma sociedade civil ativa e da promoção da cidadania, é uma realidade crescente. As entidades pertencentes ao mesmo tendem a cobrar muito do Estado, a participar cada vez mais amplamente dos debates políticos, a desenvolver cada vez maior número de atividades sociais, representando e atendendo a um volume crescente de pessoas e vertentes ideológicas.

Pesquisas sobre a área ainda estão por serem feitas, e o volume de material em português, e mais especificamente abordando a realidade brasileira, ainda é muito escasso. Contudo, espero que esse trabalho tenha servido para compilar material sobre o assunto, e para trazer à tona alguns temas a serem discutidos posteriormente.

REFERÊNCIAS

Dove, Kent E. *Conducting a Successful Capital Campaign*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1988.

Drucker, Peter F. *Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. São Paulo: Editora Pioneira, 1994.

Garner, William C. *Accounting and Budgeting in Public and Nonprofit Organizations*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1991.

Kennedy, Larry W. *Quality Management in the Nonprofit World*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1991.

Landim, Leilah *Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER Núcleo de Pesquisa, 1993.

Nauffts, Mitchel F. *Foundation Fundamentals: a guide for grantseekers*. New York: The Foundation Center, 1994.

Rosso, Henry A. *Achieving Excellence in Fund Raising*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1991.

Smith, Craig. *The New Corporate Philantropy*. Boston: Harvard Business Review, maio-junho, 1994, pp. 105-115.

Perfil do GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. Organizado pela Fundação Emílio Odebrecht. Salvador, março, 1994.